

Gestão democrática e participação na escola pública popular

MARIA CÉLIA BORGES DALBERIO
Universidade Federal de Uberlândia,
Campus do Pontal, Minas Gerais, Brasil

O artigo em pauta explicita o conteúdo do segundo capítulo da tese de doutorado do Programa de Educação/Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentada em dezembro de 2007, que se intitula “Escola Pública, Currículo e Educação Emancipadora: o projeto político-pedagógico como mediação”. O objetivo do texto é refletir sobre os conceitos de democracia, gestão escolar, autonomia e cidadania, bem como sobre os desafios e as possibilidades de alcance de uma escola de maior qualidade para todos e, portanto, mais democrática e inclusiva.

Como *metodologia*, adotamos a pesquisa bibliográfica e, por isso, investigamos as idéias de diversos autores e pesquisadores que abordam o assunto. Em seguida, realizamos uma síntese de suas idéias e, além disso, acrescentamos as nossas idéias, alinhavando-as e apurando-as de acordo com os nossos objetivos.

As reflexões situam-se numa perspectiva crítica, libertadora e emancipadora, à luz do legado do educador Paulo Freire, na busca cada vez mais humanizadora do ser humano, numa luta contínua em pró do seu desenvolvimento integral e da conquista de “ser mais”.

Sabemos que o Brasil tem uma história que criou uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, o respeito à ordem e a obediência às regras impostas, não é tarefa fácil. Por conseguinte, encontramos, em nosso meio, comportamentos de toda ordem, explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectivas e a incapacidade de enxergar novas possibilidades.

Nesse sentido, Freire (2003, p. 11) já nos alertava de que como seres políticos, os homens não podem deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, e “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias”. A vocação do ser humano não é de ser dominado, massacrado, modelado ou dirigido, mas, de “ser mais”, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio.

É certo que vivemos em um país cuja opção de governo é a *democracia*. Denomina-se *democracia* (do grego demos, "povo", e kratos, poder) uma forma de organização política que reconhece a cada sujeito,

Revista Iberoamericana de Educación
ISSN: 1681-5653
n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008
EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos
para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)



como membro da comunidade, o direito de participar da direção e da gestão dos assuntos públicos. Assim, podemos afirmar que *democracia* é um regime de governo no qual o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos, que são os componentes da sociedade. É ao povo ou à comunidade a quem cabe discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os seus próprios problemas.

Mas é importante acrescentar que a *democracia* “não é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos...” (Cortela, 2005, p. 146).

Entretanto, mesmo apoiados pela legislação, sabemos que muito temos que avançar para conquistarmos uma sociedade realmente democrática. Prova disso é que vivemos em um país cuja opção de governo é a democracia, entretanto, em nossa realidade, encontramos muitas contradições que evidenciam o contrário.

Assim, comumente, a democracia que se constitui uma mentira, discurso vazio, faz com que os homens sejam dóceis, fáceis de manobrar e de aceitar imposições. A visão sectária¹ de uma minoria privilegiada acredita que as classes populares são consideradas incompetentes e indolentes natos, inábeis intelectualmente, que seus representantes não devem ser chamados para o diálogo, mas devem apenas ouvir e acatar ordens e instruções dos técnicos e cientistas competentes.

Afirmamos que a democracia da qual falamos, não é a mesma proclamada pelos discursos dos sociais democratas ou dos neoliberais. Falamos da democracia real, segundo a qual o desejo e a prática de justiça e de respeito a todo ser humano existe, e, mais ainda, existe, também, a luta pela sua humanização.

Por conseguinte, a *democracia escolar* só se tornará efetiva a partir de um processo de *gestão democrática*, entendida “como uma das formas de superação do caráter centralizador, hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos...” (Antunes, 2002, p. 131), cujo objetivo maior é garantir a participação e a autonomia das escolas. Ainda, é importante acrescentar que a “gestão da escola não visa apenas à melhoria do gerenciamento da escola, visa também à melhoria da qualidade do ensino”. (Ibid, p. 134). Busca, sobretudo, consolidar uma esfera pública de decisão no espaço educacional, construindo uma esfera pública de decisão, fortalecendo o controle social sobre o Estado, a fim de garantir que a escola pública atenda aos anseios e às necessidades da população a que se destina. Democracia implica, ainda, co-responsabilizar com os compromissos assumidos e, por isso, cabe-nos fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações dos governantes, como também dos compromissos assumidos coletivamente.

¹ No livro *Pedagogia do Oprimido* (1983, p. 22) Paulo Freire faz um paralelo entre a radicalização e a sectarização. Ele afirma que a primeira é sempre criadora, crítica e, portanto, libertadora; enquanto a segunda é alienante, castradora, fanática, mítica, irracional, sendo um obstáculo à emancipação dos homens.

A educação apresenta limites e possibilidades, por isso Paulo Freire (2005, p. 30) diz que a eficácia da educação está em seus limites e lembra aos *educadores progressistas*² que a “educação não é a alavanca da transformação da sociedade, mas sabem também o papel que ela tem nesse processo”. A tarefa do educador progressista é desocultar verdades, jamais mentir. Pois “Cabe aos educadores e educadoras progressistas, armados de clareza e decisão política, de coerência, de competência pedagógica e científica, da necessária sabedora que percebe as relações entre táticas e estratégias não se deixarem intimidar”. (Freire, 2003, p. 100).

A origem da palavra *Gestão* advém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere*, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Desse modo, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a idéia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.

Legalmente, observamos que a gestão democrática está amparada tanto pela Constituição Federal (CF 05/10/1988), quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996) e também pelo Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 10.127, 09/01/ 2001).

Na CF no Cap. III que se intitula “Da Educação, da Cultura e do desporto” o Art. 206, VI afirma “gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII – “garantia de padrão de qualidade”.

A LDB/96, no Art. 3º. Item VIII reafirma tal idéia, utilizando os termos: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art. 12, item VI).

O diretor não deve ser autoritário, pois, ao gestor cabe o perfil de ser democrático e, portanto, desenvolver condições de favorecer o processo democrático no cotidiano da escola. Para possuir todas essas características, o gestor deve dispor também de grande arcabouço teórico na área da pedagogia, bem como das habilidades técnicas e políticas, que representam recursos fundamentais para se garantir uma gestão dentro de uma perspectiva democrática, da qual todos participam.

Na perspectiva progressista, a participação de todos (as) e todas as tarefas são importantes e devem ser respeitadas e dignificadas, para o avanço da escola. Pois, sem “...fugir à responsabilidade de intervir, de dirigir, de coordenar, de estabelecer limites, o diretor não é, na prática realmente democrática, o proprietário da vontade dos demais. Sozinho ele não é a escola. Sua palavra não deve ser a única a ser ouvida.” (Ibid).

Acreditamos que a democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a *participação da comunidade*, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito, nesse espaço. É preciso fazer com que a gestão democrática se realize

² No livro *Política e Educação* (2003, p. 94), Paulo Freire diz que os educadores progressistas são responsáveis, coerentes com a educação como prática de liberdade, leais à radical vocação para a autonomia, abertos e críticos à importância da posição de classe, de sexo, de raça e de luta pela libertação.

concretamente na prática do cotidiano escolar, pois, “só participa efetivamente quem efetivamente exerce a democracia”. (Antunes, 2002, p. 98).

Nesse contexto, a democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessita de ações de práticas que possam corporificá-la. E isso costuma levar tempo para aprender. Mas, sem dúvida, só se aprende a fazer, fazendo, experimentando, errando e acertando. Então, é preciso criar espaços para a participação de todos na escola, para se aprender a exercitar a democracia.

Para garantir a democracia exige-se a *participação popular*, a presença e intervenção ativa de todos. Não vale estar presente e somente ouvir e/ou consentir, é preciso aprender a questionar e a interferir. Exercendo verdadeiramente a *cidadania*, a população – pais, mães, alunos, professores, gestores e pessoal administrativo –, devem ser capazes de superar a tutela do poder estatal e de aprender a reivindicar, planejar, decidir, cobrar e acompanhar ações concretas em benefício da comunidade escolar.

No processo de discussão coletiva acontece o repensar sobre a prática, os professores se descobrem como sujeitos de uma prática intencionada, com a oportunidade de combinar o seu fazer pedagógico com a reflexão. E pensar sobre a prática implica buscar alternativas para mudanças, tomar decisões para a inovação da prática educacional. Nesse sentido, a ação pedagógica poderá se consolidar realmente numa práxis transformadora. Esse processo é importante, pois “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” (Freire, 2003, p. 92).

Não há *diálogo*, porém, “se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não houver amor que a funda.” (Freire, 1989, pp. 93-94). Sem dúvida, é preciso que o educador tenha amor à vida, à profissão, à criança em desenvolvimento. É preciso ter projeto e ter esperança na construção de um futuro melhor.

Acreditamos que todo esse processo amplo de discussão, debate, trocas e interações, também fazem parte do *Currículo* da escola e, dessa forma, este pode ser redimensionado. Tal processo também resulta em aprendizado e, portanto, em desenvolvimento.

Entretanto, o que acontece mais comumente é a inibição da participação, e o que acontece é o estímulo a ouvir e a obedecer. Desvelamos um autoritarismo que contradiz um discurso democrático. É a negação da participação e da democracia, e também da possibilidade do ser humano se realizar como pessoa que decide, que opta, que participa e interfere. Trata-se de um autoritarismo vergonhoso e contraditório.

Assim, se por um lado, a legislação e os discursos inflamados defensores da ideologia neoliberal proclamam a *democracia* como bandeira, por outro, na prática, persiste o autoritarismo, a imposição, as decisões decretadas como experiências vivas no cotidiano de nossas escolas.

A participação verdadeira, realizada por educadores progressistas e coerentes com o seu discurso, possibilita o “exercício da voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder,

enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista...” (Freire, 2003, p. 73).

A ideologia neoliberal apresentou um novo conceito de cidadão, definindo-o, hoje, pela sua capacidade de consumir os bens materiais e simbólicos que são produzidos na nova ordem mundial, mediante a introdução de sofisticadas tecnologias. Por isso, o estímulo ao consumo de luxo e personalizado exige novo formato das mercadorias para que elas se tornem mais sedutoras.

Entretanto, por outro lado, compreende-se que a *cidadania* não pode ficar restrita aos direitos do cidadão como eleitor, contribuinte e obediente às leis, e muito menos pela quantidade e qualidade de produtos que possa consumir. Assim, a cidadania democrática é ativa, e o cidadão que exige a igualdade através da participação, da criação de novos direitos, da possibilidade de intervenção e de decisão, pela conquista de novos espaços e da possibilidade de novos sujeitos políticos, será novo cidadão ativo.

Outro aspecto fundamental para a verdadeira cidadania e da democracia na escola é a tão proclamada *autonomia*. Esta, tal como a concebe o campo democrático popular, objetiva contribuir com a capacidade da sociedade civil para gerir políticas públicas, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população para tornar público o caráter privado do Estado. Pressupomos que o exercício de uma pedagogia da participação popular é capaz de contribuir para a construção de novas formas de exercício do poder no terreno da sociedade civil e das ações do Estado.

O exercício da autonomia vai formar habilidades e preparar a sociedade civil para gerir políticas públicas, fiscalizar e avaliar os serviços prestados à população, objetivando tornar público o caráter privativo do Estado. Contudo, esta idéia não pode ser confundida com a de desresponsabilizar o Estado pelos seus compromissos e deveres com a educação e a dignidade do povo, ou ainda, com a privatização geral das escolas.

Após a divulgação das idéias da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtiem, 1990, explicita-se a necessidade de um *projeto político pedagógico* para nortear a educação de qualidade, da qual o País muito carecia / carece.

Toda mudança que visa transformar para melhor, exige planejamento e ousadia. A escola, como um organismo vivo, é um *projeto*. Pro-jeto é projetar ações para realizar mudanças, visando instituir uma nova realidade. A escola com projeto é uma escola instituinte, em transformação e em construção permanente, vislumbrando sempre aprimoramento e desenvolvimento.

Assim, o *Projeto Político Pedagógico* orienta o processo de mudança, direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

Com isso, a *gestão escolar* dará maior consistência e qualidade ao Projeto Político-Pedagógico se for, de fato, uma gestão democrática e autônoma. E a escola atual precisa conquistar e ampliar cada vez mais o seu nível de autonomia. A autonomia administrativa garante à escola a

liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos, considerando a sua realidade, o momento histórico e, principalmente, as suas necessidades.

Devemos lembrar que a gestão democrática não se resume em eleições ou escolha democrática do diretor escolar. É preciso muito mais do que isso. Nesse sentido, dentro da escola podemos criar *conselhos* ou grupos que ajudem na efetivação da democracia na escola. Tais instâncias colegiadas devem fazer parte do Projeto Político-Pedagógico da escola, conhecer e construir a concepção educacional que orienta a prática pedagógica.

Mas como se constrói uma escola verdadeiramente democrática e autônoma? Sabemos que numa escola democrática, torna-se pertinente “criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade.” (Veiga, 2001, p. 115).

Dentre esses órgãos colegiados, podemos incentivar na Escola a instituição do Conselho Escolar, do Conselho de Classe, da Associação de Pais e Mestres e do Grêmio Estudantil.

O *Conselho Escolar* ou o *Colegiado Escolar*, segundo Veiga (2001, p. 115), “é concebido como local de debate e tomada de decisões.” E, como espaço de discussão, de reflexão e de debate, favorece todos os segmentos presentes na escola – professores, funcionários, pais e alunos – a explicitação de seus interesses, suas crenças e reivindicações. É, então, um canal de participação e também instrumento de gestão da própria escola. Nesse sentido, o Conselho Escolar deve incentivar a comunicação ampla e a participação nas decisões sobre questões importantes e que estão inter-relacionadas na escola, tais como currículo, qualidade de ensino, inclusão, sucesso escolar, dentre outros. Ressaltamos, ainda, a importância do Colegiado Escolar na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico – ao participar na sua elaboração, aprovação, acompanhamento e execução –, fazendo com que esse documento realmente seja significativo para a vida e o direcionamento dos rumos da escola.

Mesmo existindo a Lei, por muito tempo, o Colegiado configurou-se apenas como um órgão *cónsultivo*, no qual o próprio nome já explicita a idéia de que ele não toma decisões, mas apenas é *consultado* sobre os problemas da escola. E, nesse prisma, o Colegiado passava a discutir mais questões burocráticas, a endossar prestações de contas, a confirmar decisões já realizadas pela direção.

Mas avançando para uma idéia mais ampla e moderna de colegiado, este se tornou *deliberativo*, podendo a partir daí definir diretrizes, elaborar projetos, aprovar questões, decidir sobre os problemas da escola, indicar profissionais para frentes de trabalho, garantir o cumprimento das leis, eleger pessoas e deliberar questões da Escola. Dessa forma, o *Colegiado deliberativo* possui maior força de atuação e poder na escola.

Mas compete também ao *Colegiado* discutir a proposta pedagógica da escola, a qualidade do ensino, o Currículo, apontar falhas e buscar soluções conjuntas para os problemas.

Como a democracia necessita de aprendizado, a gestão democrática da escola deve buscar, criativamente, várias formas de incentivar os pais, as mães, os alunos e as alunas a sentirem-se motivados a participar do Colegiado.

Outra instância colegiada é o *Conselho de Classe*. Segundo Dalberio e Paroneto (2006), esse muitas vezes é compreendido e utilizado equivocadamente, incorrendo em sua função, diversas contradições. Quando acontece só uma troca de informações sobre notas dos alunos, valorizando os aspectos quantitativos e decidindo sobre as reprovações, fica muito limitado e não cumpre o seu papel. Por isso, o Conselho de Classe deve representar um apoio, uma estratégia de ação, na qual todos se reúnem tendo em vista a melhoria dos resultados do processo de ensino.

Interessa, então, saber como se desenvolve o trabalho pedagógico escolar, e como fazer para que se alcance mais êxito, beneficiando sempre o aluno no seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem. Portanto, o *Conselho de Classe* deve se preocupar em como o processo ensino-aprendizagem acontece, conduzindo a avaliação da aprendizagem do aluno, mas também do trabalho do professor e da equipe escolar como um todo.

No início, a participação dos pais pode ser tímida, porque eles desconhecem as questões educacionais, teóricas e pedagógicas, e, de certa forma, desconhecem qual é seu papel de cidadão. Assim, faz-se necessário abrir as portas para a Comunidade e começar a construir um País mais justo e democrático. Por isso, a instituição de *Associação de Pais e Mestres* torna-se oportuna para incentivar as famílias a participarem da escola, não só nas festas ou com trabalho, mas discutindo, refletindo e buscando soluções para seus problemas. Mas, para tanto, é preciso dar oportunidade de participação aos pais e esclarecê-los e convencê-los da importância de sua participação interventiva.

Por último, o *Grêmio Estudantil* representa outra organização colegiada que deve ser incentivada na escola. Os alunos não podem constituir-se como meros consumidores de um saber compartimentado e descontextualizado. A escola existe para ele, para a sua boa formação em todos os aspectos. Precisa aprender também a ler criticamente o seu mundo, conhecer e reivindicar seus direitos, cumprir conscientemente os seus deveres e aprender a ser cidadão.

Além do mais, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* garante o direito à participação dos alunos. Padilha reafirma que “Eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito” (2005, p. 74).

É importante ressaltar o grêmio como entidade representativa, e, como tal, ao aluno deve ser garantida a participação no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico. Assim, o grêmio deve ser visto como um hábito saudável de reflexão e participação política, favorecendo o amadurecimento dos educandos perante os seus problemas e a experiência democrática, formando-se, desse modo, verdadeiros cidadãos. Ressaltamos que um grêmio participativo e dinâmico pode promover campeonatos, excursões, bailes; organizar debates para discussões de temas interessantes; confeccionar o jornal do Grêmio; eleger Grêmio Júnior, dentre outras atividades.

Sabemos, entretanto, que nos depararemos com os entraves, os obstáculos, a ausência de mobilização da comunidade, os reflexos de uma cultura opressora e, por isso, a inércia, a passividade diante da estrutura que bloqueia e não estimula o desenvolvimento da participação. Mas pela sua

forma de gerir, experimentando e vivenciando a democracia, a própria escola, na interação com a comunidade, conseguirá mudar mentalidades oprimidas e despertar os sujeitos históricos e ativos, que se encontram adormecidos em cada cidadão.

No lugar da democracia plena, sabemos que ainda existe um poder sutil, mas atuante, nas relações escolares. Nesse sentido, retomamos Foucault (2007) que discute as relações de poder. Assim, “existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso sobre o saber. Poder esse que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (p. 71).

Por isso, retomamos o educador Paulo Freire (1996, p. 26) que nos diz que o “educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Diz ainda, que para se aprender criticamente, exige-se a “presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (Ibid, p. 26). Só assim é possível formar sujeitos conscientes, autônomos, que saibam ler as palavras, mas, sobretudo, o mundo ao seu redor.

Acreditamos, assim, que a escola de hoje precisa articular-se para formar cidadãos aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando soluções individuais e para a comunidade onde se vive.

Quando todos participam, o envolvimento e o comprometimento de todos se amplia. Descobrem que têm uma causa em comum, comprometem-se com a vida dos educandos e com o futuro da escola. Assumem responsabilidades com as mudanças. Por isso, precisa haver liberdade para que cada um fale, se posicione e participe como sujeito ativo. Para tanto, faz-se imprescindível a instauração da *Constituinte Escolar* como um movimento amplo de participação ativa da comunidade escolar, na qual todos – pais, alunos, trabalhadores da educação, representantes da comunidade/bairro – têm direito a voz, a voto e a interferência nas decisões.

Nossa preocupação é a *escola pública*, a mesma que acolhe principalmente os educandos das classes menos favorecidas, aqueles que vêem na escola uma possibilidade de se instrumentalizar e se preparar para garantir um futuro melhor.

A realidade brasileira reflete a exclusão social e educacional. As escolas públicas do Ensino Fundamental atendem à maioria, recebendo a matrícula daqueles que a procuram. O que se anuncia é que há vagas para todos. Contudo, percebemos que falta *qualidade de ensino* para todos. A escola não tem conseguido cumprir a sua função de ensinar a toda diversidade de alunos presentes no seu cotidiano.

Desse modo, a escola acaba reproduzindo a exclusão social, criando vítimas do sistema capitalista excludente, pois, sem o domínio dos conteúdos científicos, historicamente acumulados, de forma compreensiva, clara, interdisciplinar e contextualizados, o filho da classe operária torna-se um indivíduo sem condições de concorrer a uma vaga no competitivo mercado de trabalho. É, sem dúvidas, um candidato à exclusão social.

Hodiernamente, a escola pública democratizou suas vagas, trazendo os filhos da classe menos favorecida para o seu interior. Entretanto, os objetivos do trabalho pedagógico continuam muito parecidos com o da escola tradicional. Tais objetivos restringem-se a preparar para o trabalho, para o ingresso na universidade, garantir aprovação nos exames, dentre eles o fadado vestibular. Por isso, Paro (2007) denuncia a “falta de objetivos socialmente relevantes e humanamente defensáveis a dirigir a ação escolar”, e a competência da ação escolar fica restrita à sua capacidade de garantir a aprovação dos alunos nos exames, é a cultura do mero treino para “tirarem boas notas”.

Nesse mesmo sentido, Lobrot (1992) afirma que a escola atual não nos desperta para o desejo de conhecer, para a sede pela sabedoria. A nossa cultura escolar faz com que as notas, as promoções em série, os diplomas, os certificados, sejam valorizados no lugar do verdadeiro conhecimento. A sede pelo saber nos conduziria à busca pelo conhecimento, tendo-o como valioso e inesgotável. A sabedoria, assim, seria o foco e a meta.

Mas qual é a função social da escola? Segundo Rios (2003, p. 91) “é tarefa da escola desenvolver capacidades, habilidades e isso se realiza pela socialização dos conhecimentos, dos múltiplos saberes”. Por isso, os conteúdos transmitidos, construídos ou socializados na escola têm de ter sentido para a construção do ser humano e para o seu desenvolvimento.

Portanto, é importante que a escola pública tenha qualidade adequada de ensino e que atenda às suas necessidades. Pois, talvez seja a única chance das populações desprovidas de riquezas se desenvolverem no processo de aprendizagem, tomar consciência de seus direitos e se libertarem da ignorância e da opressão. Sob esse prisma, precisamos nos comprometer com essa causa. Portanto, a escola pública precisa oferecer-lhes o melhor ensino, pois o domínio do conhecimento conduz à autonomia e representa um instrumento de libertação para os oprimidos.

A concepção de Freire sobre a escola pública popular é o de uma escola aberta, na qual os pais não vão apenas receber repreensões, advertências, reclamações ou trabalho. Mas sim, um espaço para a participação coletiva, que possibilite somar diversos saberes e experiências, e, nesse sentido, que considere as necessidades e desejos da comunidade escolar. Tal participação popular favorece a criação de culturas e fornece instrumentos para que cada um seja sujeito ativo da construção da sua própria história, discutindo, interagindo, opinando, intervindo e aprendendo a exercer a sua cidadania.

Paulo Freire reafirma sua definição para a Educação Popular dizendo que a:

educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito.” (Freire, 2005, p. 19).

O processo de debate e a discussão permitirão aos professores fazerem uma reflexão acerca da concepção da educação e da sua relação com a prática pedagógica, com a sociedade e com a escola, o que os levará também à reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica. Assim, coletivamente, a consciência crítica será despertada, junto ao desejo de se construir uma nova realidade. A discussão e a reflexão crítica levarão o professor a refletir sobre (...) “o papel

dos homens no mundo e com o mundo, como seres da transformação e não da adaptação.” (Freire, 1983, p. 136).

Nessa perspectiva, a escola se torna alegre, revelando a sua identidade ética e estética, de forma bonita, prazerosa. Está dentro de uma concepção que ilumina o seu fazer como uma práxis “democrática, popular, rigorosa, séria, respeitadora e estimuladora da presença popular nos destinos da escola.” (Freire, 2003, p. 43) que, dessa forma, vai se tornando cada vez mais alegre.

Nesse mesmo sentido, Rios (2003, p. 87) diz que “A ética deve estar presente na técnica, que não é neutra, e na política, que abriga uma multiplicidade de poderes e interesses. A ética garante, então, o caráter *dialético* da relação”. A ética é que problematiza e orienta o que é bom ou mal e que define também o que é válido para o bem-comum.

Para a mesma autora, competência tem o sentido de saber fazer bem o dever. Refere-se, então, a um conjunto de saberes e o posicionamento diante daquilo que é desejável e necessário. É preciso considerar, a partir desse prisma, *o saber, o fazer e o dever* como elementos historicamente situados e construídos pelos sujeitos em sua práxis.

Assim, o *professor* precisa ter consciência clara da concepção pedagógica que orienta a sua prática educativa e do seu compromisso político com os seus alunos. Se trabalhar com a classe menos favorecida – as vítimas da sociedade capitalista – precisa trabalhar a favor deles.

A democratização da sociedade brasileira e, especificamente, da educação, dar-se-á não apenas pela garantia de acesso à escola, mas também da permanência e do sucesso do educando. A escola precisa cumprir a sua função social.

Freire pensou a escola pública popular de qualidade, a Escola Cidadã, que ensina para e pela cidadania. A que se preocupa de formar o aluno crítico, que tem autonomia para dizer a sua palavra e ser protagonista de sua história. Na escola cidadã, a relação pedagógica é generosa e todas as interações são solidárias, e nesta, o objetivo maior é colocar o oprimido no palco de sua história. Quando todos têm escola de qualidade, na qual se aprende a ler, a escrever, a pensar e a refletir sobre a realidade vivida, não há dirigidos e dirigentes, mas sim oprimidos emancipados que assumem o protagonismo de sua história.

Por fim, reafirmamos nossa posição de que a escola para ser de boa qualidade precisa transmitir, construir e produzir conhecimentos vivos, dinâmicos e atuais, sem, contudo, deixar de considerar o conhecimento e o interesse dos seus educandos. Igualmente, deve, além de garantir a aquisição dos conteúdos sistematizados e atuais, garantir, também, a formação política e o despertar da consciência crítica dos educandos, formando cidadãos livres, autônomos, capazes de interferir em sua realidade e colocar-se como protagonistas de sua história.

A educação de melhor qualidade necessita, sem dúvida, de competências nas dimensões política, técnica, ética e estética, em prol do desenvolvimento humano e do bem-comum. A qualidade que nos interessa deve se traduzir na democratização do conhecimento para todos e todas, educandos e educandas.

Inegavelmente, a globalização e a política neoliberal têm trazido mudanças para a sociedade e também para o sistema educacional. As mudanças mais sérias e comprometedoras são as que implicam no empobrecimento das massas, e na produção de excluídos e vítimas, que se tornam privados da oportunidade de se desenvolverem como seres humanos e de viverem dignamente.

Mas, mesmo diante de tantos obstáculos, não podemos perder a esperança no mundo, e muito menos na educação. Somos educadores, semeadores de esperança. “A desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança, quando começam a se ver com os seus próprios olhos e se tornam capazes de projetar.” (Freire, 1983, p. 54). (...) “Se o diálogo é o encontro dos homens para Ser Mais, não pode fazer-se na desesperança.” (Ibid, p. 97). Por isso, nosso projeto educacional deve conter a utopia e a esperança como motivação.

Realizado o processo de conscientização, a comunidade-escola, autônoma, com projeto de sua autoria, representando seus desejos e aspirações, estará preparada para superar toda forma de indiferença, individualismo e superficialidade, e alcançar um patamar mais elevado: a sociabilidade. Nesta, as pessoas se tocam, se olham, interagem, trocam, crescem em comunhão e, juntas, se comprometem com uma causa que representa o bem comum.

A escola existe para servir a comunidade onde se situa. Ela precisa ser um fórum aberto de participação, onde a democracia se efetiva. E, esta, somente se concretizará, de fato, quando a comunidade (o povo) tomar as rédeas e decidir ousada e corajosamente os rumos da sua história. Portanto, é indispensável que a escola chegue à família e a conduza para dentro da escola, forme uma comunidade ou um grupo para discutirem problemas de interesse comum.

O modelo de educação dentro de uma perspectiva democrática, antidiscriminatória, pela qual se vivencia uma gestão participativa, comprometida com a construção de uma escola pública popular de qualidade, busca formar alunos livres e conscientes que consigam fazer uma aproximação crítica entre a escola e a vida. Assim, a cidadania será construída a partir do exercício efetivo de práticas democráticas e participativas na escola, comprometidas com a emancipação e a autonomia dos sujeitos ativos, atores de sua própria história.

Explicitamos aqui as benesses de uma escola democrática e participativa, bem como os seus desafios e entraves. E, apesar de todas as limitações e problemas existentes, reconhecemos a escola pública como o lugar social de se viver, experimentar e construir a verdadeira democracia.

Bibliografia

- ANTUNES, A. (2002): “Aceita um conselho? – como organizar o Colegiado Escolar”, in: *Guia da Escola Cidadã*, vol. 8. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- BRASIL (2001): *Plano Nacional de Educação*. Lei n.º 10.127, de 09/01/2001. Brasília: MEC.
- (1988): *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- (1996): *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.
- CORTELLA, M. S. (2005): *Não espere o Epitáfio – provocações filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- DALBERIO, M. C. B., e PARONETO, G. M. (2006): "Projeto Político-Pedagógico frente à gestão escolar", in: RODRIGUES, A., e SANTOS, F. R. (Org.): *Pedagogia*, vol. IV, etapa I, tomo I, pp. 23-40. Uberaba: UNIUBE.
- FOUCAULT, M. (2007): *Microfísica do Poder*, 23.^a ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIRE, P. (1983): *Pedagogia do oprimido*, 13.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1996): *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1989): *Educação como prática de liberdade*, 19.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (2003): *Política e educação: ensayos*, 7.^a ed. São Paulo: Cortez.
- (2005): *A educação na cidade*. 6.^a ed. São Paulo: Cortez.
- LOBROT, M. (1992): *Para que serve a escola?* Tradução: Catarina Gândara e Rui Pacheco. Portugal/Lisboa: Terramar.
- PARO, V. H. (2007): *A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública*. 24.01.2005. Google. Online. Disponível em: <http://www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos/textos/paro_1.htm>. Acesso em 04 abr.
- RIOS, T. A. (2003): *Compreender e ensinar. Por uma docência da melhor qualidade*. 4.^a ed. São Paulo: Cortez.
- VEIGA, I. P. A., e RESENDE, L. M. G. de (2001): *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. 5.^a ed. Campinas, SP: Papirus.